

ENTREVISTA

Entrevista com a professora e pesquisadora Angela de Castro Gomes realizada pelo professor Antonio Edmilson, no dia 18 de novembro de 2025.

Antonio Edmilson: Historiador, livre-docente em História do Brasil pela UERJ, professor aposentado da PUC-Rio e UFF. Atua no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UERJ) e é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). Foi membro titular do Conselho Municipal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2010 a 2025). Publicou *De colina sagrada a dente cariado* (2024, com Luciene Carris), *João do Rio* (2000), *José de Alencar* (2001) e *Nair de Tefé* (2002).

Luciene Carris: Gerente do Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Doutora em História Política pela UERJ. Realizou pós-doutorados na FFLCH/USP, na PUC-Rio e na UERJ. É pesquisadora do Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole (IMAM/UFRJ) e integra a Rede Brasilis - Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. Atua nas áreas de História Urbana, História Cultural, História Política e História Pública, com ênfase em memória, patrimônio, instituições científicas, circulação de saberes e história do Rio de Janeiro.

Andrei Souza: Subgerente de Pesquisa no Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Historiador, bacharel e licenciado em História pela UFRJ (2024). Mestrando no PPGH-UFF.

Apresentação

Encontrar Angela de Castro Gomes é para mim sempre uma satisfação. Ela me faz recordar dos meus tempos de estudante na Universidade Federal Fluminense. Foi nos bancos da UFF que tive o prazer de ser calouro dela. Depois assisti o seu crescer na carreira que é brilhante. Talvez hoje Angela seja a intelectual mais considerada quando se trata de pensar os intelectuais do Rio de Janeiro. Numa tarde de outubro, eu (Antonio Edmilson), Luciene Carris e Andrei Souza fomos encontrar Angela. Chegamos ao seu prédio na rua Marquês de Olinda e a emoção tomou conta de mim e de Angela, fazia muito tempo que nós não nos víamos. A entrevista que vai ser lida contém parte dessa emoção e tentou resgatar a qualidade de sua reflexão intelectual. Escolhemos deixar Angela falar sobre sua trajetória, simples assim.

Figura 1: Ângela de Castro Gomes: “Democracia não é de graça”



Fonte: Foto publicada no site da UFRGS. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/site/noticias/angela-de-castro-gomes-democracia-nao-e-de-graca/>.

Antonio Edmilson:

A nossa proposta é de uma entrevista que siga uma linha mais voltada para a história de vida, buscando compreender quem é a pessoa entrevistada e que relevância ela tem no meio acadêmico carioca. Muito embora, no seu caso, todos conheçam você, é importante que retome um pouco da sua trajetória acadêmica para que possamos entender essa relação que você estabelece entre política e cultura, algo que dialoga diretamente com o CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil] e com suas pesquisas. Isso também se relaciona, principalmente, com a possibilidade de refinar uma antiga discussão sobre a figura do intelectual, muito centrada no “intelectual orgânico” ou no intelectual produtor de grandes obras. Você propôs outra forma de interpretar

essa produção do intelectual, trabalhando com a noção de “intelectual mediador”. Talvez seja interessante começar por aí, porque essa perspectiva articula boa parte de seus trabalhos, e, de certa forma, é também um ponto de chegada.

Angela de Castro Gomes:

Vamos fazer assim: vou começar falando um pouco sobre a minha formação. Eu nasci no estado do Rio de Janeiro, quando o estado do Rio de Janeiro era uma coisa distinta do Distrito Federal. Nasci em Itaperuna, no Norte Fluminense, uma cidade que, na época, era muito pequenininha, tanto que o trem passava dentro da cidade. Hoje é uma cidade grande, referência inclusive na área médica. Mas eu vim morar em Niterói muito cedo. Na verdade, eu me considero uma niteroiense, na medida em que só fui morar no Rio de Janeiro já uma senhora de 60 anos. Minha infância, minha adolescência e o início da vida adulta aconteceram todos em Niterói. Foi onde estudei, passando por mais de um colégio da cidade. Frequentei um grupo escolar importante, o Joaquim Távora, no Campo de São Bento, e, mais tarde, tive a oportunidade de voltar, desta vez como professora.

Antonio Edmilson:

Eu me lembro muito bem disso, acho que até já comentamos algumas vezes. Eu trabalhava numa livraria perto da UFF, e a Angela sempre aparecia lá para pegar material que tinha comprado. Ela tinha um Fusca azul, e era uma cena quase cotidiana: ela subia com o carro na calçada, abria o capô na frente e nós colocávamos o material na mala. E você tinha três grandes amigas que estudavam História com você, naquela época.

Angela de Castro Gomes:

O Fusca era de minha mãe, na verdade. As amigas eram Nina, Eliane e a Regina Nina, que são amigas até hoje; amigas de vida.

Antonio Edmilson:

A Nina era casada com o Carlos Alberto [Jorge], um dos proprietários da livraria onde eu trabalhei, a *Diálogo*, uma livraria importante para Niterói, que tinha uma presença e uma influência bastante significativas na cidade. Ele era um dos donos, junto com o Renato [Berba] e o Aníbal [Bragança]. Aliás, o Aníbal chegaria, depois, a ter um cargo importante na Biblioteca Nacional.

Angela de Castro Gomes:

O Aníbal Bragança tornou-se professor da UFF e se especializou na área de história do livro e da leitura. O Carlos Alberto Jorge, marido da minha amiga Nina, depois que a livraria fechou, foi trabalhar em algum órgão ligado à cultura no governo federal, embora tenha mudado bastante de função ao longo do tempo. No fim, acabou trabalhando na própria UFF. De tudo isso, o que eu acho interessante, e que o Edmilson lembrou bem, é que eu realmente andava num Fusca. E eu precisava dele porque as minhas compras na livraria não eram apenas livros para o curso de História, para a faculdade, mas material para dar aula. Na verdade, quase não havia literatura para o curso de História, produzida no Brasil. Boa parte dos livros era importada, em espanhol ou francês. Parece incrível, mas a sensação que eu tenho é que o tempo que se passou entre os anos 1960, quando fiz a graduação, e hoje, do ponto de vista da historiografia brasileira, não devia ser medido cronologicamente, mas por medidas astronômicas, tipo anos-luz. A quantidade de livros disponíveis em português dava para contar nos dedos. Hoje a nossa historiografia cresceu em quantidade e qualidade e é páreo para qualquer outro país do mundo.

Antonio Edmilson:

Havia muita apostila.

Angela de Castro Gomes:

Exatamente; era isso. A gente lia apostilas, porque não havia livros. Sobre nada e especialmente sobre o Brasil. E não eram apostilas industrializadas, digamos assim. Era tudo improvisado, especialmente as traduções que os

próprios alunos e alunas faziam e circulavam.

Antonio Edmilson:

Eu me lembro que uma das pessoas que mais fazia isso era o Jacques. Ele preparava uma quantidade enorme de textos em francês e em espanhol para que a gente pudesse ler, porque o acesso a livros estrangeiros era muito difícil e caro, naquela época.

Angela de Castro Gomes:

O Jacques é o Jacques Alvarenga, que tem uma conexão muito forte com a minha carreira e vida. Vale destacar isso: eu estudei em Niterói desde sempre, e concluí minha graduação na UFF, em 1969. Mas, quando comecei a dar aula na universidade, não foi na UFF; foi na PUC do Rio de Janeiro. E uma das razões, talvez o *start* para eu ter começado a trabalhar na PUC foi justamente o falecimento do Jacques Alvarenga. Ele era nosso contemporâneo, nosso amigo e foi morto, assassinado. Algo terrível, que teve desdobramentos, e um deles foi eu ser convidada para substituí-lo no curso que estava dando na PUC, onde ele era professor. Eu até argumentei, à época, com quem falou do convite comigo – outro contemporâneo, o Edmundo [Fernandes Dias] – que estava muito insegura e com medo de assumir essa responsabilidade. Imaginem: eu tinha me formado em 1969 e isso aconteceu no primeiro semestre de 1973, pouquíssimo tempo depois. Minha experiência, até então, era como professora primária e secundária, e, de repente, eu estava indo para a PUC, para o chamado curso básico, que tinha uns 60, 70 alunos, pois iam fazer vários cursos diferentes depois. Então eram aquelas turmas enormes e uma professora que nunca tinha dado aula na universidade.

Antonio Edmilson:

Era o Ciclo Básico de Ciências Sociais.

Angela de Castro Gomes:

Isso, tinha gente que ia fazer História, Filosofia, tinha tudo. Então, o Jacques

tem essa importância para minha vida e não só profissional. Comecei a ser professora universitária, indo substituí-lo e me preocupei muito, porque achava que podia não ser bom que os alunos soubessem que eu tinha sido amiga dele na faculdade. Mas era justo o contrário. O Edmundo me explicou que a direção da PUC achou isso um trunfo: “A gente quer isso mesmo, quer que eles saibam que você era amiga do Jacques. Achamos que, assim, vão reagir menos à substituição”. Comecei mais ou menos no meio do semestre: era abril ou maio, não me lembro exatamente. Mesmo receosa, aceitei e fiquei responsável pelo curso que Jacques estava conduzindo. Eu me tornei professora universitária na PUC e foi na PUC, também, que entendi que ser professora universitária implica em fazer pesquisa. Ser professora-pesquisadora. Durante o nosso curso de graduação na UFF, ainda eram raros os professores que faziam pesquisa. Não é que ninguém fizesse pesquisa, não é isso. Havia os que faziam, mas acredito que não eram a maioria. Principalmente, não havia preocupação em formar os estudantes na área de pesquisa. A gente era formado para o ensino. Quero deixar claro que entendo que tal formação é muito necessária e boa, mas não impede que se possa ter, ao menos, alguma preparação para a pesquisa. Na UFF, você recebia os títulos de licenciado/a e bacharel, mas o bacharelado consistia apenas em fazer uma monografia no final do curso. Era isso e praticamente sem acompanhamento. Ou seja, você fazia uma monografia, sem ninguém ter ensinado o que é e como fazer uma monografia.

Voltando à PUC, foi lá que passei a conviver com colegas que, de fato, desenvolviam pesquisa. Foi quando compreendi que, se eu quisesse seguir a carreira universitária – algo que me agradou muito mais do que ser professor do ensino fundamental e médio, até porque a remuneração era melhor – eu precisava, necessariamente, ser uma pesquisadora. Claro que tive ajuda para chegar a essa conclusão. Eu convivia com colegas da área de Ciências Sociais, especialmente com Edmundo, que já mencionei e mais tarde se tornaria um importante professor de sociologia na Unicamp, tendo também atuado na PUC. Foi ele quem me introduziu ao universo do

ensino e da pesquisa na universidade, e me disse: "Gostou? Então agora você precisa fazer mestrado e doutorado."

Antonio Edmilson:

O Edmundo foi meu colega na UFF, na época que eu também era professor lá. Junto com a Lucia Lippi e a Nancy Alessio. E ele fazia isso com a gente. Era um sujeito enorme e tinha uma atitude, que a gente chamava de 'atitude de português'. Veio de uma família portuguesa e era assim, meio (...).

Angela de Castro Gomes:

(...) digamos, assertivo. Comigo ele foi bastante assertivo, mas também persuasivo e eu achei muito bom. Para ele, já com alguma experiência, era evidente que o destino da universidade, pública ou privada, de qualidade, como era o caso da PUC, era o de ter professores-pesquisadores, no sentido de produzir conhecimento.

Antonio Edmilson:

O Edmundo que era uma pessoa muito interessante e tinha uma característica. Qualquer coisa que você fosse falar com ele, acabava saindo com a indicação de um livro. "Vai fazer isso? Faz! Pega esse livro aqui." Eu peguei a mania dele... Angela também faz isso.

Angela de Castro Gomes:

Não sei quem pegou a mania de quem. Mas você, Edmilson, é muito mais parecido com ele, nesse aspecto, do que eu. A PUC foi muito importante para mim, e o Edmundo também, nesse sentido.

Antonio Edmilson:

A PUC, para mim, também foi o lugar onde realmente aprendi a dar aula. Saí da universidade e fui direto para a sala de aula. Concluí o curso em 1970 e, em 1971, já estava ensinando. Eu tinha apenas 22 anos.

Angela de Castro Gomes:

Eu saí em 1969 e entrei na PUC em 1973: tinha 25 anos. Essa possibilidade que nós dois tivemos, a meu ver, se relaciona diretamente com o fato de a PUC, como universidade, ser um espaço diferenciado, onde havia professores-pesquisadores trabalhando em um ambiente intelectualmente estimulante. Como me tornei uma pesquisadora que estuda história de intelectuais, costumo dizer que certos lugares de sociabilidade possuem um microclima político-intelectual. No caso da PUC, esse microclima era marcado por um espírito liberal e democrático. A universidade, por exemplo, acolhia e contratava jovens professores que não possuíam um documento chamado “atestado de ideologia”. Ele era necessário na universidade pública e para fazer qualquer concurso. A PUC, ao receber professores que claramente eram considerados “de esquerda”, logo malvistas e perseguidos pela ditadura, contribuía de forma significativa naquele contexto histórico. E só fazia porque era a PUC e não outra universidade privada de menor peso.

Antonio Edmilson:

Na UFF, só podíamos ingressar com atestado de ideologia.

Angela de Castro Gomes:

Razão pela qual eu não entrei na UFF.

Antonio Edmilson:

Eu tive que solicitar o atestado de ideologia.

Angela de Castro Gomes:

Eu não fui tão bem-sucedida quanto o Edmilson. Nem pedi o atestado, pois sabia que não conseguiria. O meu professor de História do Brasil, o professor Quaresma, me convidou para ser assistente dele. Esse era um caminho costumeiro, à época, de entrada na universidade. A professora Vânia Fróes, por exemplo, foi convidada para ser assistente do professor

de História Medieval. E havia vários casos assim, nas áreas de História Moderna, História Medieval e História do Brasil. No meu caso, a UFF não aceitou. O Quaresma fez uma espécie de sondagem e sinalizou que não se devia mexer em nada; que eu ficasse quieta. Até me deu indicações de cursos vestibulares para dar aula. Por outro lado, a PUC me aceitou, é claro que em circunstâncias bem específicas, como mencionei. Então, quando o Edmundo me indicou e me levou à PUC para ser entrevistada, por um religioso que tratava da contratação de professores, conversando com os candidatos (ele é que dava o “sim” ou o “não”) ele já me tranquilizou: “Não se preocupe, porque ele sabe que você não tem atestado de ideologia.” E, de fato, ele me aceitou. Foi uma experiência muito importante para mim. Quero sublinhar esse ponto: a PUC, naquele momento, teve um papel muito relevante, não apenas para os professores, mas também para os alunos.

Antônio Edmilson:

Como foi sua experiência na PUC, no Ciclo Básico mais especificamente?

Angela de Castro Gomes:

Bem, se a gente observar, muita gente da área de cultura, música, literatura, além de história e ciências sociais, passou por lá. Posso citar a Maria Alice Rezende e o Ricardo Benzaquen de Araújo, brilhantíssimo professor, já falecido. Ambos foram alunos e monitores, de outros professores, quando comecei a dar aula. Essa possibilidade de convivência com o debate, sem um clima persecutório, era fundamental.

Entendo que a PUC desempenhou um papel decisivo nos anos 1970 e 1980 na formação de quadros, tanto de professores quanto de alunos, permitindo que muitos se tornassem intelectuais de destaque. Por exemplo, naquelas turmas de ciclo básico enormes, com 60 ou 70 alunos, fui professora do Walter Moreira Salles Júnior, assim como a Regina Casé. Cito esses dois nomes porque são amplamente conhecidos: ele, diretor de

cinema, que acabou de ganhar um Oscar com o filme *Ainda estou aqui*. Ela, uma grande atriz de cinema, televisão, no que fizer. Claro que não devem se lembrar de mim, pois o curso era de um semestre. Mas com a trajetória que tiveram, eu não os esqueci.

Ou seja, não vejo isso apenas como fruto do acaso, e quero frisar esse ponto. É claro que os alunos pagavam mensalidades. Era uma universidade de elites políticas e culturais: filho de diplomata, empresário, intelectual, mas não só, até porque sempre houve bolsistas. Mas, de modo geral, era uma instituição paga. Então os estudantes eram diferentes, especialmente para pessoas como eu e o Edmilson, que vínhamos de uma universidade pública como a UFF, onde só havia curso noturno. Isso significava, basicamente, que os alunos da UFF trabalhavam, em sua grande maioria, o dia inteiro, diferentemente da UFRJ, que não tinha curso noturno, algo que só foi criado muito mais tarde. Então havia um diferencial. Eu, por exemplo, que estudei na UFF, quando fui para a PUC percebi claramente a diferença entre meus alunos e meus colegas da UFF. Porém, ao mesmo tempo, havia na PUC um clima institucional, propiciado pela direção da universidade, que garantia a possibilidade de se trabalhar com certa liberdade. *Certa* liberdade, porque isso não impedia que dentro da universidade existissem pessoas que estavam ali não como alunos, mas como informantes da polícia política.

Durante um semestre, tive um aluno que não tinha o nome na pauta, algo que, numa universidade privada, simplesmente não pode acontecer, porque, se ele não está na pauta, significa que talvez não esteja pagando. Não tinha o nome na lista e se sentava na primeira carteira com um grande objeto, que devia ser o telefone ou um rádio comunicador. Eu, evidentemente, me passando por boba, fui ao coordenador do Ciclo Básico avisar: havia um aluno frequentando minhas aulas sem constar na pauta. Portanto, alguma providência deveria ser tomada e ele ser informado que não poderia continuar indo às aulas. Mas o coordenador me disse que aquele aluno *podia* frequentar minhas aulas. Eu pensei: “Ok, vou ter que

trabalhar com esse aluno.” E isso era muito difícil, não apenas pela minha pequena experiência como professora universitária, quanto pela pouca idade. Eu era muito jovem e me confundiam com as alunas. Era algo que precisava enfrentar com autoridade, no sentido de ganhar legitimamente como professora, o que implicava compartilhar conhecimentos, indicar bibliografia, e fazer tudo isso de maneira séria e profissional, mesmo tendo 25 anos e estando ao lado de outros colegas mais velhos e experientes.

Por isso, a PUC foi muito importante para mim. Não fiquei muito tempo, porque em 1976 fui trabalhar no CPDOC. E isso aconteceu porque enquanto estava na PUC, comecei minha formação de pós-graduação em Ciência Política no IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – ligado à Universidade Cândido Mendes. Hoje ele não existe mais; transformou-se no atual IESP [Instituto de Estudos Sociais e Políticos], ligado à UERJ. O IUPERJ funcionava em Botafogo, na Rua Paulino Fernandes, num prédio amarelo, pequeno, que nem existe mais. Foi ali que fiz todo o meu mestrado. E é nesse momento que eu começo, de fato, a me tornar uma pesquisadora.

Antonio Edmilson:

Primeiro, é importante destacar que, naquela época, não existia mestrado em História no Rio de Janeiro.

Angela de Castro Gomes:

É, no Rio não tinha. Mas me dei conta depois que a UFF montou seu Programa de Pós-Graduação mais ou menos na mesma época em que entrei no IUPERJ. Eu não sabia disso, provavelmente porque as informações circulavam mais lentamente e o IUPERJ era mais antigo e bem reconhecido.

Antonio Edmilson:

Na UFF, o mestrado começou a ser organizado em 1971. Mas eu também fiz Ciência Política.

Angela de Castro Gomes:

Primeiro, porque confesso a vocês que, naquele momento, não tinha ideia de que um curso de pós-graduação em História seria criado na UFF. Até porque, passei o ano de 1971 todo fora do Brasil. Voltei praticamente em 1972. O que eu sabia era que no Museu Nacional tinha mestrado em Antropologia, mas também sabia que meus interesses não me levavam à Antropologia. E nisso fui ajudada por um grande professor que tive na UFF, o professor Castro Faria. Ele brincava comigo, dizendo que eu gostava “de papel”, quer dizer, de documento histórico. Eu respondia: “Ok, professor, já entendi.” Muitos anos depois fiz uma entrevista com ele, publicada na revista *Tempo*. Ou seja, eu não tinha perfil para antropóloga; precisava seguir outro caminho, como o que eu concordava. Então, o que de melhor circulava como alternativa era o curso de mestrado – não havia doutorado ainda – em Ciência Política e Sociologia do IUPERJ.

Andrei de Souza:

Como se deu sua escolha pela área de Ciência Política e o foco de suas pesquisas iniciais?

Angela de Castro Gomes:

Muitos de meus colegas de faculdade, principalmente os que faziam Ciências Sociais, seguiram para o IUPERJ e vários para Ciência Política. Eu conhecia muitos alunos/as do IUPERJ, que tinham se formado antes de mim. Quando fui para a PUC, por exemplo, o Edmundo já era professor, e foi ele especificamente que me aconselhou a ir para o IUPERJ. Fiz a seleção em 1973 e comecei o mestrado no verão de 1974, numa espécie de curso preparatório, que foi fantástico para mim. Foi nesse momento que conheci dois professores fundamentais: Luís Antônio Machado, de Sociologia (falecido recentemente) e Renato Raul Boschi, de Ciência Política, que se tornaria meu orientador na dissertação, defendida em 1978.

Por que Ciência Política? Talvez pudesse ter sido Sociologia, desde que fosse uma sociologia política. A questão central, para mim e muita gente,

era clara. Era uma questão da política e principalmente do autoritarismo que nossa geração viveu. Estudar as experiências de autoritarismo no Brasil era uma forma de enfrentamento da ditadura em que vivíamos. Estávamos nos anos 1970. Eu ainda era muito jovem, o Edmilson também, mas ambos vivemos 1964. Eu, em 1964, era uma normalista e não entendia direito o que se passava. Mas tinha certeza de que era algo horroroso. Eu era, então, militante do movimento secundarista, da JEC (Juventude Estudantil Católica, ligada à Ação Católica). No movimento secundarista a posição era pró-Jango e a favor das reformas de base. Então o golpe não passou despercebido, mesmo para quem tinha só 15 anos. Entrei na universidade em 1966, e 1968 foi uma inflexão impossível de não afetar a vida dos estudantes ou de qualquer pessoa que tivesse apego aos direitos, que só existem em democracia; não há outra possibilidade. Regimes democráticos permitem a existência de direitos. Fora deles, os direitos ficam suspensos. Então essa temática da falta de direitos, do autoritarismo, da violência do Estado, inclusive letal, era fundamental. Regimes autoritários matam muito e sem punição, sempre, e isso marcou profundamente a nossa geração.

Muitos de nós foram pesquisar um leque amplo de temáticas: ligas camponesas, expansão de fronteira, empresariado e Estado etc. Lembro de Aspásia Camargo e de Otávio Velho, dois trabalhos de antropologia que se tornaram clássicos, que marcaram a produção de conhecimento à épocaⁱ. Da mesma forma, surgia uma literatura sobre militares, inovadora, e outra sobre favelas e sobre temas que envolviam violência e políciaⁱⁱ. Também havia uma produção importante sobre o que viria a ser chamado de História Social do Trabalho, mas que, naquele momento, era feita sobretudo por sociólogos que trabalhavam com sindicalismo, movimento operário e luta por direitosⁱⁱⁱ. Nesse sentido, minha opção por Ciência Política foi muito compartilhada, assim como por sociologia política. Vale lembrar que a ditadura durou vinte anos. Eu votei para presidente, pela primeira vez, na eleição Collor-Lula. Vinte anos de autoritarismo e violência é muita coisa. Então nossas escolhas têm tudo a ver com esse tempo. Aliás,

na Antropologia quero mencionar Gilberto Velho, irmão do Otávio, que foi um dos grandes nomes das Ciências Sociais, por trabalhar com antropologia cultural e política no Brasil. Ele representa exemplarmente essa interseção entre política e cultura, que se torna incontornável.

Não por acaso, uma das dimensões fundamentais de sustentação do regime autoritário é o controle da cultura, a perseguição aos intelectuais: literatos, músicos, artistas plásticos, professores universitários. Considerados opositores, “comunistas”, era evidente, para nossa geração, a resistência cultural ao autoritarismo. Caetano e Gil, Maria Yedda Linhares e tantos outros tiveram que sair do Brasil. Drummond escreveu um texto belíssimo, creio que para o *Jornal do Brasil*, quando a censura ameaçou o show *Opinião*. Ele termina assim, mais ou menos: “Senhor, não prenda Nara Leão. Olhe que maravilha que ela é. Não faça isso.” Essa dimensão político-cultural era óbvia.

Especificamente, para ir direto às minhas pesquisas, trabalhei sempre com a questão dos direitos, da cidadania. Primeiro com os direitos do trabalho, com um ponto-chave: direitos não caem do céu. Se existem é porque houve luta; luta que os precedeu. Não necessariamente ontem ou anteontem; pode ter sido há dez ou mais décadas, bem antes de sua implantação. Mas são essas lutas que constroem tradições. Elas permanecem, circulam, no meu caso, entre os trabalhadores. Existe memória dessas lutas, contadas e recontadas, mesmo quando não se pode fazer greve. Não poder fazer greve não significa ausência de luta ou de resistência. Tampouco tal situação impede que trabalhadores mais velhos transmitam suas experiências aos mais jovens.

Entrei muito por esse caminho o que se relaciona às grandes transformações que foram fundamentais para as Ciências Sociais e a História, especialmente para quem estudava trabalhadores e direitos: a chegada da historiografia inglesa, capitaneada pelo [Edward Palmer] Thompson, mas não apenas por ele, pois tinha [Robert] Darnton e outros.

Trata-se de começar a utilizar o conceito de experiência do Thompson, que envolve simultaneamente política e cultura. Então esse vínculo entre política e cultura se faz tanto empiricamente, quando a gente analisa a documentação, quanto teoricamente, na demonstração de que política e cultura são inseparáveis. Esse elo entre política e cultura também aparece na História Cultural, na nova História Política, e em toda a produção das Ciências Sociais. São muitos os autores lidos (não vou citar) e utilizados, principalmente a partir dos anos 1980, quando os programas de pós-graduação começam no Brasil a divulgar sua produção. Aí a gente passa a ter, cada vez mais e melhor, referências de pesquisas feitas no país.

Antonio Edmilson:

Como surgiu o seu interesse pelos intelectuais autoritários e de que forma você passou a compreender o intelectual como ator político em relação ao Estado?

Angela de Castro Gomes:

No meu caso, dei uma guinada após a tese de doutorado. Defendi minha tese, *A invenção do trabalhismo*, em 1987. Fiz a tese inteira sabendo que haveria uma Constituinte – não sabia quando, mas sabia que ela era inevitável. Ela veio em 1988, ano de publicação da tese. Durante a própria elaboração da tese, pelas escolhas que fui fazendo, meu interesse pelos intelectuais autoritários – pelo pensamento autoritário no Brasil – especialmente Oliveira Viana, ficou muito claro para mim. A proposta autoritária, que se realiza de forma mais completa no Estado Novo, é profundamente antiliberal, concentradora de poder no Executivo, e ela se conforma confrontando uma proposta liberal existente, inclusive com importantes representantes na área da educação, como Anísio Teixeira.

Alguns autores são fundamentais nesse contexto dos anos 1920/1940. Mas, para mim e até hoje, impressiona a importância de Oliveira Viana. Talvez e para o mal, ele seja o mais importante intelectual autoritário, pelo refinamento e duração de suas ideias, no sentido analítico de um campo

bem largo, que é o do pensamento conservador. Seu diagnóstico de que o Brasil é insolidário, sem um povo ou com um povo incapaz de construir formas organizacionais duradouras e potentes é replicado, com novas formulações, permanentemente. Daí se conclui a necessidade de uma liderança forte e pessoal, de um “herói”, que está na base de muitas outras formulações, inclusive bem atuais (como essa utilização de “mito”). Esse insolidarismo, a meu ver, impregna conceitualmente a noção de populismo que se usa a partir dos anos 1960, pós-64. O que existe é uma massa desorganizada, não pensante, inculta, recém-chegada do campo. Para ela é preciso um líder forte, que promete ser seu representante e é acreditado. Vejo um parentesco claro entre esse diagnóstico autoritário dos anos 1920 e 1930 e o conceito de populismo empregado a partir dos anos 1960. Ou seja, não estou falando da “palavra” populismo, que não vai desaparecer do vocabulário político nacional e internacional, uma categoria de acusação muito bem enraizada nos discursos políticos. Estou me referindo à utilização de um conceito, de sua pretensão explicativa, que é totalmente equivocada. Populismo, como insolidarismo, não explica. Essas palavras renovam, apropriam-se de uma tradição intelectual de ver o povo como incapaz e, por isso, defendem que líderes fortes são inevitáveis.

Luciene Carris:

Você poderia citar exemplos históricos da relação entre intelectuais e o Estado durante o Estado Novo?

Angela de Castro Gomes:

Vejo a emergência desse ator político, o intelectual, e a necessidade de compreendê-lo de maneira não simplista: nem como um subalterno, cooptado, algo do gênero de utilizado ou “vendido”; nem tem que ser um opositor resistente que, só assim, é colocado em patamares grandiosos. Quando se vai à documentação, encontra-se uma variedade enorme de possibilidades de ação; uma enorme área cinzenta, como atualmente se diz. Entendo que pensar o intelectual como um ator político em suas relações com o Estado, sobretudo um Estado autoritário, exige

muito mais refinamento. Essas relações vão desde intelectuais que se engajam na burocracia estatal, porque de fato compartilham a proposta política e cultural do regime, e atuam fazendo propaganda. Essa propaganda pode assumir formas diversas: um livro, por exemplo, como o de Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas, um estadista*, que é uma biografia praticamente hagiográfica do Getúlio. Mas atuar na burocracia do Estado Novo, por exemplo, não é sinônimo de adesão ao autoritarismo. É mais complicado. Há um grupo numeroso de intelectuais, e digo numeroso porque não se trata de um ou dois, que “negocia” essa participação. Há uma dupla direção: O Estado quer a presença desses intelectuais na burocracia e esses intelectuais entendem que podem implementar políticas públicas, que incorporam ganhos para o que defendem. Então ganhos para ambos os lados; ganhos diferentes, sendo claro quem é mais forte e os limites existentes para tais intelectuais.

Uma convivência complexa. Basta lembrar o caso de Carlos Drummond de Andrade, que foi chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema de 1934 a 1945. Durante todo o tempo em que Capanema esteve à frente do Ministério da Educação, o segundo homem mais poderoso da pasta era Carlos Drummond de Andrade. Ou seja, não dá para trabalhar de forma simplista. É preciso examinar o pensamento e a ação dos intelectuais com muito mais cuidado, entendendo que negociação envolve concessões e ganhos mútuos, embora desiguais. Dou outro exemplo relativo ao próprio Capanema. Ele criou o INEP [Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos], um órgão novo e importante. O Ministério Capanema teve enorme relevância na área da cultura. Eu mesma me interessei profundamente por essa dimensão cultural porque trabalhei numa instituição que recebeu o arquivo de Gustavo Capanema. E vocês não podem imaginar: o arquivo era maior do que tudo que a instituição tinha reunido até então!

Lourenço Filho, reformador da educação e uma das figuras centrais da Associação Brasileira de Educação (ABE), foi convidado várias vezes por Capanema. Ele recusava, depois recusava de novo, e recusava mais uma

vez. Capanema insistia, não desistia, até que, em certo momento, ele aceitou o cargo. Isso mostra o esforço do Estado para contar com aquele intelectual, porque sua presença no corpo burocrático tinha significados concretos e simbólicos. Um grande nome do movimento da Escola Nova. Mas isso significa que Lourenço Filho passou a pensar igual a Capanema? Não, não é bem isso. Significa, muito provavelmente, que naquele momento e ante a insistência do ministro, ele entendeu que poderia realizar alguns projetos, ter alguma área de liberdade, sendo melhor ceder, pois a situação estava se tornando difícil. Já Anísio Teixeira se autoexilou no interior da Bahia, após a perseguição que sofreu com o fechamento da UDF, que se transformou na Universidade do Brasil.

Entendo que essa foi uma contribuição que dei, junto com outros colegas, que passaram a trabalhar com a categoria intelectuais, com história intelectual, pensamento social etc, o que é relativamente novo. Antes não se trabalhava assim. Especialmente nessa perspectiva de não “engavetar” o intelectual, pró, contra, vendeu-se, não se vendeu. A ideia é entender que as relações dos intelectuais com o poder são complexas e precisam ser examinadas com cuidado, não simplificadas.

Luciene Carris:

Como a sua pesquisa sobre cidadania, direito ao trabalho e cultura política se articula com a cidade do Rio de Janeiro, especialmente considerando o modernismo, a atuação dos intelectuais e as redes culturais que se formaram na cidade?

Angela de Castro Gomes:

Luciene, talvez a melhor maneira de falar sobre tal articulação seja voltando à minha trajetória de pesquisadora, para explicar como me volto para a história dos intelectuais. No caso do modernismo, praticamente até os anos 90, essa renovação cultural era considerada algo por excelência paulista. Isso era muito forte: o modernismo era um movimento paulista e também um pouco ocorrera em Minas Gerais. Embora já houvesse indícios

de que existisse renovação cultural e projetos de modernidade em outras partes do país, que dialogavam entre si e eram diferenciados, digamos, o monopólio paulista dominava. Contudo, sobretudo com a abordagem permitida pela história cultural, fortalecia-se a interpretação da circulação de ideias, dentro do Brasil e com o que se fazia no mundo. E não numa única direção: de fora para dentro, daquela perspectiva da “imitação”, “do fora do lugar”. As ideias circulavam também de dentro para fora em constante movimento de apropriações. O momento, portanto, favorecia os estudos que defendiam a multiplicidade de modernismos e, obviamente, a existência de projetos de modernidade na cidade mais importante do Brasil, sua capital: a cidade do Rio de Janeiro. A cidade passa a ser entendida como um lugar de sociabilidade intelectual importantíssimo e decisivo, abrigando, desde a virada do século XIX para o XX, vários e diferenciados grupos modernistas entre as décadas de 1900 até 1930. O modernismo paulista, com a Semana de Arte Moderna de 1922, era um marco, mas não excluía projetos modernistas com outras características e, obviamente, o Distrito Federal teria participado deste e do debate político-cultural. Essa abordagem, naquele momento, teve grande importância, no sentido de abrir “o” modernismo – em termos cronológicos e de projetos – demonstrando a existência de grupos modernistas em outros lugares do país, com projetos distintos, ou seja, o modernismo paulista era fundamental, mas era um entre outros.

Eu gosto do meu livro, *Essa Gente do Rio: Modernismo e Nacionalismo*^v, no qual trabalho com uma proposta teórico-metodológica que à época era ainda pouco utilizada, chamada de história de intelectuais, cuja referência maior são historiadores franceses do Instituto de História do Tempo Presente, que tinham uma revista. O conceito de intelectual é definido como o de produtor de bens culturais que têm significado político. Portanto, a relação dele com o poder é uma relação que está inscrita no próprio projeto político-cultural do intelectual e de seu grupo. Não só do intelectual individualmente, porque uma das coisas fundamentais é que o intelectual não existe sozinho. Ele só existe em redes, redes de

sociabilidade. Quer dizer, o intelectual está sempre em rede, está sempre conectado. Pode integrar um grupo mais próximo ou mais distante. Pode estar conectado porque compartilha do mesmo projeto, mas também se relaciona com os intelectuais cujas ideias combate. E isso no tempo, pois os intelectuais criam uma genealogia para si e seus grupos: aqueles cujas propostas atualizam e aqueles que vão discordar. Tudo isso faz parte do movimento de circulação de ideias. Elas circulam entre pessoas (nos grupos, viagens, cursos) e também pelos suportes materiais, como correspondência, livros, revistas, exposições de artes. Portanto, quando se vai trabalhar com o intelectual, você está dizendo que vai trabalhar com ele e com sua rede de sociabilidade. Senão, você não o entende. Quer dizer, abandona-se a perspectiva do gênio, grande intelectual, o que não deixa de ser uma versão de herói.

Nesse livro, eu trabalho com um conjunto de revistas publicadas no Rio de Janeiro, tratando-as como lugares de sociabilidade dos intelectuais cariocas, que se identificavam como modernos e criticavam as características do modernismo paulista. Quero demonstrar como a cidade do Rio de Janeiro, não só por ser capital da República, mas pelo fato de ter antigas conexões com vários estados e cidades do país, e também de fora do país, constrói tradições político-culturais, que caracterizam seus projetos de modernidade. O Rio foi o palco do movimento simbolista e também o nascedouro da investida da Igreja Católica, com a mobilização de intelectuais leigos, a criação da revista *Ordem* e do centro D. Vital. A catolicidade é uma variável muito mais decisiva no Rio para se entender os projetos modernistas, do que em outras cidades do país, embora o projeto católico seja nacional, é claro. Quero dizer, que procuro refletir sobre as redes e tradições intelectuais dos modernistas do Rio de Janeiro para entender suas propostas de modernização cultural e política. Não por acaso, muitos vão integrar uma linhagem de conservadorismo, de antiliberalismo, que cresce na década de 1920.

Antonio Edmilson:

A gente aproveitou bastante essa sua ideia na escrita do nosso livro sobre o Morro do Castelo, especialmente, porque começamos a perceber que havia duas formas diferentes de pensar o papel do intelectual na relação entre política e cultura^v. De um lado, havia um grupo ligado aos prefeitos e empresários do Rio de Janeiro, desde Pereira Passos até Carlos Sampaio; de outro, existiam intelectuais, católicos ou não, que tinham uma disposição diferente para refletir sobre o Brasil e acabaram criando iniciativas importantes, funcionando como articuladores, de certa forma, do modernismo paulista e Graça Aranha com a obra *A Estética da Vida*, relidos e estudados por Eduardo Jardim.

Andrei Souza:

Qual seria a marca do modernismo carioca e por que ele acabou ficando em posição secundária em relação ao modernismo paulista?

Angela de Castro Gomes:

Ele ficou secundarizado em relação ao modernismo paulista, da mesma forma que todos os outros modernismos regionais ficaram. Isso ocorreu, antes de tudo, porque se partia de uma premissa: a de que *só* existia modernismo em São Paulo. Se você parte dessa premissa, por que procuraria modernismo em outro lugar? O que você encontrasse não seria modernismo, porque obviamente não se enquadrava no modelo, que era o paulista. Assim, ou nem se procurava, ou quando se procurava, a conclusão era que não era visto como modernismo, mesmo quando apresentava características modernistas. Não era, porque o modernismo era definido a partir daquela única e marcante experiência. Ora ao se estabelecer esse parâmetro, como mencionei, criava-se um monopólio.

Por isso, foi necessário questionar e romper com essa ideia de unicidade. Até porque, nem mesmo dentro do próprio modernismo paulista havia homogeneidade. E mais: o modernismo paulista não era exclusivamente paulista. Di Cavalcanti, por exemplo, estava lá; Vicente do Rego Monteiro,

escultor pernambucano, estava lá. E claro, tinha Graça Aranha. Além disso, como estudos posteriores aos anos 1990 afirmaram, o modernismo paulista, nem era tão modernista, nem era tão estritamente paulista. No início da década de 2000, dizer isso causava alguma surpresa, como o livro de Mônica Velloso, Eduardo Jardim e o meu indicam^{vi}. Depois do centenário da Semana, em 2022, essas reflexões se tornaram quase um mantra: “não é tão modernista, não é tão paulista, existem outros modernismos”. Mas, cerca de trinta anos atrás, essa visão hegemônica do modernismo paulista produzia exatamente o efeito a que você se referiu: obscurecia tudo o mais. Obscurecia, inclusive, a possibilidade de outros projetos de pesquisa, em outras temporalidades e cidades. Impedia que se mapeasse o debate dentro e sobre o modernismo. Afinal, o modernismo é o quê? É algo rígido, único? Não, não é.

Antonio Edmilson:

São sempre modernismos.

Angela de Castro Gomes:

Exato, são múltiplos e diferenciados, porque, entre outros fatores, têm a ver com as tradições culturais da rede de sociabilidade daquele grupo; com os ascendentes diferenciados que elegem; com questões artísticas e políticas que elegem. Com essa abordagem teórico-metodológica, você possibilita não só uma multiplicidade de modernismos, como também entende que, mesmo numa cidade, como em São Paulo ou no Rio de Janeiro, você tem grupos diferenciados através do tempo. Quer dizer, os modernismos não são só múltiplos porque um é de São Paulo e outro do Rio de Janeiro. Eles são múltiplos porque essas cidades (e outras) possuem características que marcam o clima intelectual, as articulações e dos grupos intelectuais, que não são exatamente os mesmos, embora se relacionem, ou por aproximação, ou por recusa. Uma das formas de funcionamento do mundo intelectual é exatamente o debate. Quer dizer, quando os grupos disputam, eles estão evidenciando as questões que existem e as possibilidades de resolução em disputa. E tal disputa é muito importante

para um/a professor/a de história: ela deixa claro que há escolhas; que o que acontece não está dado. Se um grupo se tornou hegemônico, ele não tinha que se tornar obrigatoriamente hegemônico. Se isso aconteceu é porque tinha a ver com a dinâmica estabelecida em determinadas circunstâncias. Não há teleologia: se algo acontece, não tinha que necessariamente acontecer. O/A professor/a poder mostrar como em determinados momentos, havia escolhas a fazer, e houve uma decisão, claro que dentro de constrangimentos, mas existiu uma tomada de posição. Logo, em certos casos e momentos há graus de incerteza maiores ou menores. Podia ter acontecido algo, mas não aconteceu. Houve escolhas que levaram a outros resultados.

Um exemplo pontual e simples é do Palácio Capanema. O projeto arquitetônico desse prédio seria fruto de um concurso. Todo mundo sabia disso. Foi aberto um concurso para construir um prédio para o Ministério da Educação e Saúde, que não tinha um prédio próprio, como o da Fazenda ou o do Trabalho. O prédio deveria espelhar o projeto grandioso e modernizador que o ministro entendia que era o do “seu” ministério. O júri toma uma decisão e escolhe um projeto, mas ele não é levado adiante. Por quê? O ministro não gostou do projeto vencedor e acabou escolhendo outro, que o agradava mais, que ele achava melhor? Foi Capanema que decidiu a construção do projeto de Lúcio Costa e ele era mesmo muito mais inovador. Mas, o exemplo mostra as relações entre intelectuais e poder, as visões diferenciadas do que era moderno. Claramente havia mais de uma proposta moderna e elas eram inteiramente diferentes.

Antonio Edmilson:

Inclusive, eu acho que era modernista.

Angela de Castro Gomes:

Eu também. Mas quero ressaltar as possibilidades em aberto. Há variáveis que interferem. No caso do Palácio Capanema, gosto de lembrar que antes dele ser construído, houve um pequeno intervalo de tempo. Durante esse

intervalo, ocorreu um evento importante: uma exposição internacional em Nova York, comemorativa dos 150 anos do primeiro presidente norte-americano. Foi chamado de Feira Internacional de Nova York. Essa feira estava no auge e a participação do Brasil devia mostrar ao mundo como era um país moderno. Na arquitetura, até mais avançado em termos de parâmetros internacionais. Nessa ocasião, o Brasil constrói um pavilhão modernista, projetado por Lúcio Costa; com tudo que até hoje a gente guarda na memória coletiva como arquitetura modernista do período. O pavilhão do Brasil, em Nova York, foi um sucesso internacional, destacando-se de tudo o mais. Ele antecede a construção do Palácio Capanema. Quando Capanema vetou a escolha do júri e fez a sua própria, ele já sabia o que tinha sido feito em Nova York.

Antonio Edmilson:

É de Lúcio Costa também. Completamente diferente de tudo que estava ali naquela feira.

Angela de Castro Gomes:

É Lúcio Costa, Niemeyer, com pinturas de Portinari. O pavilhão é lindo. Tem um álbum no CPDOC sobre ele. Ele ganhou um prêmio internacional, porque era completamente inovador. Tinha um espelho d'água enorme, cheio de vitória-régia. Trouxeram do Brasil flores e plantas, tucanos, comida e música: o grupo Os Quatro Batutas tocava no restaurante. O pavilhão tinha uma sala dedicada à pintura de Portinari; o chão era todo de madeiras de lei brasileiras.

Eu gosto muito da noção cunhada por Thiago Nicodemo: “brasilidade de exportação”. Porque tudo isso era propaganda. Contudo, essa era também uma concepção artística brasileira, sendo apropriada politicamente. Uma via de mão dupla. No arquivo Capanema há uma carta do Lúcio Costa (que usei em um capítulo de livro) dizendo algo assim: Não fosse você o ministro, não seria esse o palácio. Ou seja, há um contexto político muito claro nesse processo de relações entre intelectuais e o ministro.

Antonio Edmilson:**O ministério estava cheio de modernistas...****Angela de Castro Gomes:**

Exatamente e não só de modernistas paulistas. Observando que nos anos 1930, os próprios modernistas entendiam que o movimento havia acabado e tinha sido plural, cheio de grupos em diversos estados do país. Atualmente se usa o conceito no plural. Isso não significa falta de reconhecimento aos modernismos paulistas, que fizeram a Semana. Como Mário de Andrade escreve a Manuel Bandeira em 1924, se os paulistas não tivessem feito tanto barulho, muita gente – está se referindo principalmente ao Rio – estaria calada, continuaria “passadista”. É um pouco essa a visão de Mário de Andrade: tinham feito, sim, um estardalhaço para anunciar o modernismo. Porém, caso contrário, talvez muita gente não tivesse “despertado”. No que ele tem razão.

Esse tratamento do movimento modernista, que dá fluidez à cronologia e vê projetos em várias partes do Brasil, foi uma colaboração dessa geração de estudiosos interessados em intelectuais e política cultural; em pensamento social brasileiro. Ou seja, mostrar os vínculos entre os projetos culturais e políticos; que eles são também políticos. E evidenciar, de outro lado, como os projetos políticos precisam dos intelectuais, sendo projetos igualmente projetos culturais, que vão selecionando ideias, valores. É preciso perceber essa dimensão e trabalhar com ela. Eu entendo que isso é frutífero e rendeu resultados significativos. Creio que vai continuar a render.

No caso do Rio de Janeiro uma das linhagens dos modernistas cariocas é justamente marcada pelo modo como se relacionam com a tradição, que eles mesmos constroem para si. Para esses modernistas, que se chamavam de “tradicionalistas”, a tradição (algo diferente do passado) não era um obstáculo à modernidade; ao contrário, era uma catapulta: o

elemento que conferia à modernidade sua legitimidade, mais rica e poderosa.

Antonio Edmilson:

Não é tradição no sentido de atraso... caso contrário, você se complica.

Angela de Castro Gomes:

É tradição como reflexão, que os intelectuais retomam, atualizam e aprimoram. E isso tem tudo a ver com uma cidade como o Rio de Janeiro, que recebia gente que vinha das províncias e continuou recebendo a que vinha dos estados. Uma cidade capital, com longo passado de produção cultural e de relações entre intelectuais e movimentos políticos e sociais, como o abolicionismo e o republicanismo. A cidade era o maior palco do país; era lugar fundamental para circulação de pessoas e cultura.

Antonio Edmilson:

O livro da Flora Süssekind nos ajudou, assim como o da Mônica Velloso.

Angela de Castro Gomes:

Com certeza. Penso que é exatamente isso: ao mapear as datas das contribuições de certo conjunto de autores, dá para perceber a construção de uma nova interpretação, da existência de debates, que estavam ganhando espaço em relação à determinada temática. No meu caso, passei a me interessar muito por esses intelectuais que utilizavam as revistas como mídias, entendidas como lugares de sociabilidade intelectual, organizacional e simbólica. As revistas eram muito importantes, porque não havia outras formas de circulação de ideias. O Brasil era uma “sociedade tipográfica”, ou seja, a mídia era essencialmente impressa, e as revistas são mais ágeis que os livros. E elas reúnem: não se faz uma revista sozinho, só em grupo. Logo, a revista funcionava como um impresso rápido e estratégico. Embora o jornal, sendo diário, seja melhor para certo tipo de

circulação de informações, a revista é ideal para difundir ideias que não cabem nos espaços de jornal. Não por acaso, muitas dessas revistas eram produzidas por grupos com propostas específicas. Essa multiplicidade de revistas, mesmo efêmeras, é incontornável para se entender a circulação e o impacto das ideias na época.

Antonio Edmilson:

Há alguns textos muito interessantes da Tânia de Luca sobre esse processo de mudança.

Angela de Castro Gomes:

O livro da Flora é *Cinematógrafo de Letras*. Já a Tânia trabalha muito com a questão da circulação de ideias e, nesse sentido, se dedica à circulação de revistas. Ela mostra, por exemplo, que havia uma imprensa no Brasil publicada em língua estrangeira, e que intelectuais de outros países vinham para cá; ou seja, não havia apenas o movimento contrário de sair do Brasil. Essas pesquisas mudam aquela ideia tradicional de que tudo que era novo vinha de fora ou era uma simples cópia, que reproduzia o que chegava do exterior^{vii}.

Antonio Edmilson:

De uma dependência burra.

Angela de Castro Gomes:

Isso atrapalhou muito, porque a intelectualidade desse início do século XX era muito diversificada e refinada, para o bem e para o mal. É só fazer um desfile de nomes, alguns influentes até nossos dias, pois suas ideias continuam sendo apropriadas.

Luciene Carris:

Eu fiquei pensando na questão da sociabilidade desses intelectuais na cidade. Como você observa isso nos salões, nos cafés e em espaços informais, considerando que a política não se fazia apenas nos

espaços institucionais. O Edmilson trouxe análises sobre essa dinâmica na cidade, em contribuições anteriores, como o livro sobre a Confeitaria Colombo. Como você vê essa questão desses intelectuais, no próprio Palácio Capanema, ali perto do Bar Vilarinho e de outros lugares de sociabilidades?

Angela de Castro Gomes:

Pois é isso e vem de bem antes, do século XIX. É uma tradição da cidade que marca esse período e depois vai se perdendo. Isso também existe em São Paulo, embora tenha muito mais a ver com o Rio, considerando que São Paulo começou a ganhar força como cidade a partir da década de 1920. A primeira Grande Guerra traz um impacto importante, mas isso não significa que esses lugares de sociabilidade desapareceram. Eles continuaram existindo e se transformaram, mas sendo frequentados por grandes nomes: a livraria que Machado de Assis frequentava; a Colombo, que era frequentada por Coelho Neto e Olavo Bilac. A própria ABL, espaço de consagração. Contudo, por exemplo, quando falamos de grupos intelectuais, alguns eram antiacadêmicos no sentido de dizer: não queremos nada a ver com a ABL, não queremos cultuar Machado de Assis, a nossa academia é outra. Existe claramente uma disputa: se eu não faço parte de um grupo, crio outro para mim. Isso está ligado à própria história e formação da cidade do Rio de Janeiro, em que os lugares de sociabilidade têm uma tradição própria. Esses espaços mudam com o tempo, ou os grupos que os frequentam mudam, mas eles permanecem referenciais. Nas décadas seguintes, 1930/40/50, esses espaços continuam reunindo intelectuais e não só da literatura. O teatro era uma manifestação cultural extremamente compartilhada, frequentada não só por gente abastada, já que havia vários preços e vários teatros, como edificações e como grupos. O pessoal do Teatro do Negro, ligado ao movimento negro, por exemplo, encontrava-se num restaurante próximo ao Amarelinho, que por isso foi chamado de Vermelhinho, aludindo à filiação comunista que teriam.

Antonio Edmilson:

Aí apelidaram o restaurante de “Vermelhinho”.

Angela de Castro Gomes:

Você vê, esse lugar era frequentado por nomes como Abdias do Nascimento, Ruth de Souza e outros cantores/as, atores e atrizes, não só negros. Era um espaço efetivamente ligado ao teatro e ao rádio, no sentido da música e da dramaturgia. E ele ganha esse nome justamente porque era um ponto de reunião.

Antonio Edmilson:

Aliás, fizemos uma entrevista com Haroldo Costa. Ele conta a história do Teatro do Negro, pois foi ator do grupo. Fez, por exemplo, o papel de Orfeu no Municipal, e relata como ocorreram desentendimentos, que levaram à separação do grupo liderado por Abdias do Nascimento, além de outros conflitos internos.

Angela de Castro Gomes:

A gente pode imaginar como é difícil, em movimentos sociais e políticos, alcançar unanimidade, talvez até na escolha da cerveja. É tudo muito complicado, difícil, disputado. Nesse sentido, o Rio é uma cidade marcada por esse tipo de sociabilidade, que se manifesta tanto em clubes, cafés, restaurantes, livrarias, como em associações que se formam por origem étnica, questão racial, projetos político-culturais e para fazer festa, como o Carnaval. Esses espaços permitem a organização e a interação, mostrando como a cidade estruturava redes sociais complexas.

Antonio Edmilson:

O Renascimento é um exemplo de como a classe média negra do Rio de Janeiro se organizou. O Samba dos Trabalhadores é de lá.

Angela de Castro Gomes:

O que acho legal é o fato de mapear – mapear mesmo no sentido geográfico e sociocultural – esses lugares de sociabilidade e passar a lhes

dar importância política, não mais se restringindo ao partido político. Ou seja, o que não se via como tendo dimensão política, passou a ser valorizado: também são formas de organização com dimensão política.

Antonio Edmilson:

O Antonio's. E os intelectuais que trabalhavam com teatro e música. O Antonio's, por exemplo, não funcionava apenas como um lugar só para beber cerveja, só para dançar ou só para pular carnaval.

Angela de Castro Gomes:

Justamente, quando as pessoas se encontravam ali, estavam realizando diversas atividades, muitas delas com significados políticos importantes. Isso acontecia porque esses encontros estavam imersos em formas culturais que possuíam grande visibilidade e aceitação social. De toda forma, o que considero mais rico é perceber, teórico-metodologicamente, que há um conjunto de trabalhos que foi produzido a partir, sobretudo, da década de 1990, que apontam para as formas de organização e de participação sempre políticas, culturais, sociais, nada simplistas. Nesse sentido, a historiografia colaborou de maneira significativa. Ela permitiu que entrássemos no século XXI com uma bagagem de trabalhos, de autores e de abordagens teórico-metodológicas mais diversificadas, oferecendo uma visão mais abrangente.

Antonio Edmilson:

Havia colegas que não liam certos livros devido ao posicionamento reacionário de autores.

Angela de Castro Gomes:

A começar, como mencionei, por Oliveira Viana. "Você está estudando quem? Estou estudando Oliveira Viana. Meu Deus, um reacionário desse". Por isso mesmo é que a gente tem que estudar.

Antonio Edmilson:

Eu me lembro de um livro, do qual gosto muito, *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*, do Roque Spencer Maciel de Barros, da USP, que ninguém lia na época, foi publicado por uma editora taxada como de direita paulista. Ninguém lia determinados livros e autores. Depois essa produção começou a ser recuperada e hoje, por exemplo, esse é um texto de referência para quem estuda o pensamento social e político do século XIX. Ele mostra a tradição iluminista no Brasil, apontando a presença na área da educação^{viii}.

Angela de Castro Gomes:

Isso também é algo positivo que aconteceu: conseguimos compreender historicamente a produção. É preciso que ela esteja referida. Como você escreve sobre algo em determinado momento? Você escreve com as palavras e conceitos disponíveis; há escolhas a fazer, mas também existem limites. Essas escolhas são condicionadas pelo contexto, e, naquele momento, você se expressa de determinada maneira. Vão surgir críticas, algumas interpretações vão mudar, mas quando você retoma o livro, por exemplo, do Roque Spencer, que Edmilson citou – *A Ilustração Brasileira e a Ideia de Universidade* – percebe a importância da historicização. Esse livro, por exemplo, pode ser lido e trabalhado em diálogo com o trabalho da Ângela Alonso, *Ideias em Movimento*, de 2002, outra referência fundamental^{ix}. Por que isso é relevante? Porque permite historicizar não só o vocabulário, mas também compreender como o autor e a autora trabalham e por que utilizam determinados conceitos (ele mentalidade; ela repertório) no momento em que escrevem e naquele em que lemos.

Antonio Edmilson:

Quando estudei, ninguém falava sobre a geração de 1870. A maioria dos estudos simplesmente não abordava esse período. Para mim, os anos 80 ou 60 do século XIX fazem diferença, porque trazem referências mais consistentes. É incrível perceber como os anos 60 do século XIX mudaram tudo.

Luciene Carris:

E como você começou a se interessar pelo conceito de intelectual e pela historiografia sobre intelectuais?

Angela de Castro Gomes:

Tal interesse foi se impondo, muito por conta da leitura de Oliveira Vianna e sua importância decisiva na montagem do corporativismo no Brasil. Passei a investir em ler bastante sobre o conceito de intelectual, sobre as múltiplas formas como se trabalhava com isso e, principalmente, em trabalhar com uma determinada abordagem historiográfica para estudar intelectuais. É chamada de história de intelectuais e procura, inclusive, entender quando a própria palavra “intelectual” ganha o sentido que atualmente a historiografia atribui a ela. O intelectual é pensado como um produtor de bens culturais de valor social e político e cada vez mais um ator político, individual ou coletivamente. É definido não só como um produtor, mas também como um mediador cultural, exercendo múltiplas e decisivas funções na sociedade, enquanto tal. O intelectual, frequentemente, faz tanto produção como mediação cultural, mas pode se especializar como mediador, por exemplo, ou pode ser, em certos momentos, mais produtor ou mais mediador. Eu passei a me interessar a partir dessa orientação teórico-metodológica pelos intelectuais mediadores.

Nós tínhamos e ainda temos, proporcionalmente, poucos estudos sobre eles. O que é compreensível, uma vez que – como no modernismo paulista – os intelectuais não eram pensados em redes de sociabilidade, mas muito mais como figuras únicas, geniais, à frente do seu tempo. Em vez disso, passa-se a entender que o intelectual nunca está só e ninguém está fora do lugar ou fora de seu tempo. O mundo intelectual não é feito principalmente por esses intelectuais que são colocados num panteão, o que, por sua vez, é uma construção de um conjunto de intelectuais em certas circunstâncias. O mundo intelectual é muito mais vasto e formado por uma multiplicidade de intelectuais e a maioria deles não é genial, digamos assim. Os que vão para os panteões são uma minoria; eles

entram, mas também podem sair. Vale lembrar. Grande parte dos intelectuais atua na mediação cultural, comunicando ideias, construindo uma interlocução com um grande e diversificado público. Esse foi o sentido do livro que organizei com Patrícia Hansen, intitulado, justamente, *Intelectuais mediadores*, publicado pela Record em 2016 e que recebeu o prêmio Sérgio Buarque de Holanda, da Biblioteca Nacional, em 2017.^x

Antonio Edmilson:

Que tipos de funções ou papéis esses intelectuais mediadores podem ter?

Angela de Castro Gomes:

Os intelectuais mediadores, por exemplo, são os críticos de arte, teatro e literatura. Eles comunicam ao autor ou ao criador da obra o que a plateia sente e, ao mesmo tempo, traduz, interpreta a obra para o público. Assim, há um aprendizado de gostos, de estéticas e também há impactos no mercado consumidor. O crítico, sobretudo aquele reconhecido, tem poder cultural e político, por exemplo, quando escreve: “essa peça ou esse filme é muito bom por tal motivo”.

Outro exemplo fundamental é o editor de livros, revistas e outros materiais gráficos, agora também em meios digitais. O editor escolhe quais livros serão publicados; pode montar coleções, estabelecer prêmios. Ele atua de formas diferentes: pode ser o dono do empreendimento, o proprietário do jornal, revista ou de um grupo empresarial que envolva rádio e televisão. Mas pode ser o editor científico, que está em editoras universitárias ou não, e é quem decide o que e como um texto será publicado. Esse editor abre revistas para outros autores, estimula áreas de pesquisa e é um dos maiores responsáveis pelos livros como objetos culturais. Nesse caso, do suporte do texto, podemos incluir o ilustrador, o capista e o diagramador. Tudo isso importa. Esse trabalho de mediação cultural, especialmente no caso da literatura infantil, era e continua sendo feito por artistas plásticos. Esses artistas, ao ilustrarem o texto podem transformar sua leitura,

oferecendo ao leitor novas possibilidades de interpretação do texto. No teatro e no cinema há o cenógrafo, o figurinista, além, claro, do diretor. Nas exposições de artes plásticas e nos museus a figura do curador é determinante. As mesmas obras de arte podem ser dispostas de maneira a provocar sensibilidades de forma diferenciada.

Esses intelectuais não costumavam ser muito valorizados ou sequer percebidos, mas sua ação é crucial, pois realizam uma mediação cultural complexa e múltipla, com desdobramentos políticos, culturais e sociais. Um exemplo pode ilustrar a força da crítica literária, em especial nas sociedades tipográficas, quer dizer, antes do rádio, TV e internet. Euclides da Cunha, autor de *Os sertões*, após ele ser publicado, escreveu uma carta a José Veríssimo agradecendo o elogio ao livro. Basicamente diz que, sem a crítica positiva de Veríssimo, o livro não teria alcançado o sucesso que teve. O mesmo vale para críticos teatrais: sua avaliação pode influenciar a recepção da peça pelo público. Em outras palavras, o sucesso de um produto cultural, muitas vezes, depende da mediação feita por esses intelectuais: críticos, editores, curadores etc.

Antonio Edmilson:

De que maneira a valorização de mulheres e negros como intelectuais mediadores altera nossa compreensão da produção cultural e do conceito de intelectual?

Angela de Castro Gomes:

Esse é outro ganho alcançado com essa escolha teórico-metodológica da história de intelectuais. Privilegiando a mediação, a quantidade e diversidade de intelectuais cresce e o/a pesquisador/a encontra outras pessoas e grupos de intelectuais e aí aparecem muitas mulheres. Porque elas existiam, faziam trabalho intelectual, mas não eram reconhecidas, nem se reconheciam como fazendo trabalho intelectual. Muitas vezes, têm um papel absolutamente decisivo na trajetória de homens, que eram seus maridos, pais, chefes, ou seja, eram “superiores” a elas. Então elas

desaparecem; o que elas faziam passa a não existir, já que era incorporado à produção do intelectual masculino que elas “serviam”, como esposas, filhas, secretárias, etc. Isso também vale para negros/as. Ou seja, você tem produção e mediação cultural de mulheres e negros que são obscurecidas por um conceito de intelectual muito restrito, marcado por um viés de gênero, de cor. Assim, não se enxerga o trabalho desses/as intelectuais, principalmente os mediadores/as, e nem se usa essa palavra para designar pessoas, que atuaram de forma fundamental no mundo intelectual: o uso do conceito se torna uma impossibilidade, um apagamento. Então, esse é um ganho da abordagem, que se abre e inclui o que efetivamente existe e não era tratado como tal.

Luciene Carris:

Você poderia explicar a importância do Fórum Saberes Históricos, o papel do selo e como ele contribui para divulgar conteúdos digitais, especialmente em um contexto de negacionismo e de grande circulação de informações, muitas vezes falsas, nas redes sociais?

Angela de Castro Gomes:

O Fórum Saberes Históricos foi formado a partir de uma ideia inicial de se criar um Selo, que pudesse indicar, de forma rápida e simples, que um produto digital era confiável em termos científicos e políticos. Durante muito tempo, como todos sabem, eu pesquisei com questões do trabalho e aprendi que existia uma prática de se usar selos para garantir a qualidade e a confiança de um produto: o selo da madeira, para mostrar que ela não era fruto de desmatamento e/ou de trabalho análogo ao escravo; o selo do carvão, para mostrar que aquele carvão tinha sido produzido com árvores plantadas para isso e não com mata derrubada ilegalmente, geralmente também com uso de trabalho análogo ao escravo. Então, a ideia do Selo para certificar os saberes históricos segue a mesma lógica e quer se beneficiar dela já ser conhecida: o selo ser um indicador de qualidade científica, de compromisso com valores democráticos.

Isso porque a ideia nasce num momento de absoluta inundação de produtos culturais digitais, com circulação rápida e praticamente nenhuma mediação cultural, sem passar por qualquer instância. Esse volume enorme de produtos digitais – e estou me referindo só aos saberes históricos – é produzido e divulgado como se fossem todos alinhados com a cientificidade, com os valores de uma sociedade inclusiva. A ocorrência desse crescimento, não por acaso, coincidiu com o governo antidemocrático de Jair Bolsonaro e com a pandemia, que levava todo mundo para as telas. Era evidente a necessidade de se enfrentar politicamente esse anticientificismo, que caminha com o autoritarismo. Pode-se discutir o termo negacionismo, mas, para mim, o cerne da questão é essa intenção de combater o conhecimento científico, entendido como um conhecimento produzido coletivamente, debatido, demonstrado e que, por isso, gera consensos sobre o que é a verdade, dentro dos parâmetros do conhecimento em determinado tempo.

O conhecimento científico não implica ausência de debate. Pelo contrário: o debate é parte do processo, sempre com base nos conhecimentos compartilhados e estabelecidos em suas áreas específicas. A Terra é redonda. Essa afirmação não está mais em debate em termos científicos. A vacina salva vidas. Pode haver reações, mas elas não são do tipo de transformar um humano num animal ou algo do gênero. O conhecimento científico é um trabalho coletivo, é um pacto entre gerações, sistemático, longo, cheio de vitórias e derrotas, que pode sofrer mudanças ao longo do tempo. Mas ele existe e é produzido, transmitido, transformado e aperfeiçoado. E, quando se transforma, é porque houve muito debate, visões e revisões, que também se fazem dentro de parâmetros científicos. Esses consensos científicos são chamados de verdades e podem mudar, porque a verdade também é histórica. O passar do tempo, com o crescimento e acúmulo do conhecimento, ligado, por exemplo, às mudanças tecnológicas, produz novos debates, descobertas e ocorrem mudanças. Isso não quer dizer que não existe verdade científica.

Vivemos no Brasil e ainda estamos vivendo, um momento político em que o anticientificismo combatia a ciência e os cientistas. Havia desprezo pela necessidade do trabalho coletivo, de crivo dos pares, do compromisso com o que já tinha sido pesquisado e demonstrado. Nesse contexto, comecei a pensar que talvez fosse interessante para a comunidade historiadora ter um selo, no sentido de um sinal claro e fácil de identificar. Algo simples, que pudesse indicar algo complexo: o compromisso com a ciência e a democracia, já que uma depende da outra.

Essa indicação seria útil para quem está nas redes sociais, trabalhando com produtos digitais ligados aos Saberes Históricos. O nome Saberes Históricos imporá, porque o grupo de professores que trabalhou na concepção do Selo e do Fórum entendia que o conhecimento histórico não é produzido apenas na academia. Sabemos que o conhecimento histórico está e sempre esteve em diálogo com saberes produzidos por outros grupos sociais não acadêmicos, que se organizam política, social e culturalmente. O Selo seria um sinal para orientar todos e todas que estivessem trabalhando com produtos digitais para mostrar que aquele produto tinha compromisso com a ciência e com a democracia. Sei que estou repetindo; no caso, vale repetir sempre. Então, a ideia do Selo é essa. E ele não é uma estrelinha dourada, no sentido de premiar a poucos. Ao contrário, ele pode e deve ser solicitado – porque quem produz tem que pedir o Selo – por muita gente que pode trabalhar com produtos diferentes, mais ou menos sofisticados tecnicamente, não importa. O Selo pode ser dado a um podcast feito por um aluno ou por um grupo de alunos ou a um vídeo que tem recursos digitais muito maiores e que foi feito com apoio de uma equipe, por exemplo. O produto pode ser sofisticado ou muito simples. O que importa é o compromisso com a cientificidade e a democracia. Pensando no Selo como estrela, é para a gente ter um céu, todo estrelado, para quem se interessa por história e que mobilize a comunidade historiadora.

Nós recebemos, por exemplo, demandas do Selo vindas de Roraima, São

Paulo, Rio Grande do Sul, feitas por grupos de professores universitários e do ensino fundamental com seus alunos. A ideia era justamente essa abrangência de produtos digitais diferenciados e de produtores também diferenciados. O desejo do Selo é atingir principalmente os estudantes e os professores, para que pudessem ter tranquilidade ao usar o digital: o produto tem o Selo Saberes Históricos. Quer dizer que o produto foi visto/ouvido por um grupo de pessoas comprometidas com ciência e democracia e que conclui que o produto é confiável: “Ok, merece o Selo, é bom produto digital”.

Essas pessoas, atualmente, integram o Conselho do Fórum, mas é possível convidar pessoas que não fazem parte do Conselho para participar, examinando um certo produto, por exemplo. O Fórum nasceu da necessidade de se ter uma forma de operacionalizar o Selo. O momento em que começamos a discussão sobre o Selo/Fórum era politicamente muito difícil. Fizemos uma conexão com a ANPUH [Associação Nacional de História] para ela dar um ok sobre a proposta, pois, o Selo Saberes Históricos e o Fórum teriam que ser abrigados pela ANPUH. Ou seja, era preciso pensar em como e quem iria operar as demandas do Selo: receber pedidos, responder aos pedidos, divulgar a existência do Selo, mostrar os pedidos na página da ANPUH. A própria ANPUH já fazia e faz muita coisa. Assim, a proposta do Selo tinha que possuir também uma resposta para sua operacionalização. Discutimos muito, inclusive se seria mesmo um Selo a melhor maneira de dar esse sinal de confiança. Se havia algo do gênero em outros países; se havia outras possibilidades. Procuramos, mas não encontramos nada parecido com essa ideia, quando fizemos isso, que foi em torno de 2020. Trabalhamos e fizemos um documento simples, porque era necessário deixar claro que pedir o Selo significava se comprometer com determinados princípios. Por isso, para uma associação (que pode ter formas muito variadas) participar do Fórum assina uma Carta-Compromisso com os princípios e valores que o orientam. A Carta-Compromisso explicita que o Selo deve ser antirracista, antissexista, favorável à diversidade, ao debate, enfim, à democracia.

Os trabalhos aparecem num conjunto que tem crescido. A ideia é que professores, estudantes e interessados encontrem cada vez mais facilmente esses produtos digitais com o selo. Por exemplo: você gosta de ecologia? Vai encontrar uma série produzida pela professora Regina Horta, da UFMG. Uma série linda, super pedagógica. Gosta de história medieval? Também vai encontrar: pode ser um jogo ou outro tipo de produto. A ideia é justamente ter essa variedade. O Selo é um primeiro produto que deu origem ao Fórum. Mas pode receber e/ou elaborar outras ideias, que reforcem o valor científico, o compromisso com pesquisa, com o debate, com o coletivo e com a democracia. Porque ideias anticientíficas e antidemocráticas tendem a persistir ao longo do tempo. Então, o Selo foi concebido para durar também e ser acompanhado por outras ações com os mesmos objetivos.

Andrei Souza:

Nossa revista tem um público significativo de jovens pesquisadores em formação na área de História do Rio de Janeiro. Qual seria o seu conselho para eles?

Angela de Castro Gomes:

Prefiro não dar conselhos. Nunca fiz nada em minha vida sem trabalhar muito e muito seriamente. Então não tem jeito: se a pessoa não estiver disposta a um trabalho sério, longo, com o coletivo, não vai dar certo. Porque, quando a gente fala que há consensos que se formam em todas as ciências, todas as ciências são históricas e se transformam. A questão da verdade existe para todas as ciências; e tudo se transforma, logo a ciência também se transforma.

No caso da história, os documentos são essenciais para formar esses consensos. Eles são examinados ao longo do tempo por pesquisadores diferentes, respondendo a perguntas diferentes, produzindo narrativas diferentes. Mas os documentos estão lá e nós, historiadores/as, os

analisamos, ao longo do tempo, produzindo interpretações. Esse processo é fundamental para a construção de conhecimentos, que deve ser respeitado. Não se pode fazer qualquer coisa, não se pode falar qualquer coisa e não se pode fazer e dizer qualquer coisa de qualquer jeito.

A pesquisa, o trabalho documental, é feito sempre coletivamente. A gente começa discutindo com colegas, com orientadores, e continua trabalhando junto com outros colegas ao longo da vida, em projetos coletivos ou individuais. O trabalho é lido, é criticado, revisado, e assim você vai mudando a forma de trabalhar com determinados temas. Nenhum historiador com a minha idade – tenho 77 anos – trabalha com o mesmo aparato conceitual ao longo do tempo. Alguns conceitos permanecem e até decantam; mas outros são abandonados e encontram novas possibilidades. Isso quer dizer que um trabalho é feito no seu tempo, com as suas questões desse tempo e com seu vocabulário. E é assim que o professor/pesquisador contribui para a construção do conhecimento coletivo.

E o conhecimento deve ser feito com livre acesso. Ter compromisso com a pesquisa e com o debate, de forma respeitosa. Não preciso concordar com alguém, posso até discordar da proposta, mas vou conviver, debater e respeitar, se a proposta for respeitável cientificamente. Não estamos falando de discutir terra plana, não é? Mas é isso: pesquisa séria, trabalho coletivo, debate respeitoso, compromisso com o conhecimento e livre acesso.

Antonio Edmilson:

Querida amiga e colega Angela, muito obrigado pela entrevista.

Notas

ⁱ Trata-se das obras “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”, de Aspásia Camargo, publicado na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1981), organizada por Boris Fausto, e *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*, de Otávio Guilherme Velho, publicado originalmente em 1972.

ⁱⁱ Entre os estudos pioneiros sobre os militares, destaca-se *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* (1976), de Edmundo Campos Coelho. No mesmo movimento de renovação podem ser mencionados os trabalhos de Alfred Stepan e as pesquisas de história oral desenvolvidas pelo CPDOC, como *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias* (1981), organizado por Aspásia Camargo e Walder de Góes. Sobre favelas, violência e polícia, tornaram-se referências *O mito da marginalidade* (1977), de Janice Perlman; *Passa-se uma casa* (1978), de Lícia do Prado Valladares; *Violência, povo e polícia* (1983), de Maria Victoria Benevides; *A máquina e a revolta* (1985), de Alba Zaluar; e *A oficina do diabo* (1987), de Edmundo Campos Coelho.

ⁱⁱⁱ Entre os trabalhos sociológicos que contribuíram para a formação do campo posteriormente denominado História Social do Trabalho, podem ser citados *Sindicato e Estado* (1966), de Azis Simão; *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966), de Leôncio Martins Rodrigues; *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (1968), de José Albertino Rodrigues; *Participação e conflito industrial* (1972), de Francisco Weffort; e *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), de Luiz Werneck Vianna.

^{iv} Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas*, 1999.

^v Antonio Edmilson Martins Rodrigues; Luciene Carris. De “colina sagrada” a “dente cariado”: a modernidade carioca e o desmonte do Morro do Castelo (1822-1922). Rio de Janeiro: Editora Ayrán, 2023.

^{vi} Mônica Pimenta Velloso, *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; Eduardo Jardim, *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

^{vii} Flora Süssekind, *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Tania Regina de Luca, *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

^{viii} Roque Spencer Maciel de Barros, *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*, 2. ed., São Paulo, Convívio/Edusp, 1986. Publicada originalmente em 1959 como tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a obra examina as correntes intelectuais da chamada Ilustração brasileira e seus projetos para a educação e a universidade no século XIX.

^{ix} Angela Alonso, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

^x Angela de Castro Gomes; Patrícia Santos Hansen (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. A obra recebeu, em 2017, o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, concedido pela Fundação Biblioteca Nacional ao melhor livro na categoria Ensaio Social.